

Linguagem Jurídica

1.



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

76

Os quadrinhos nos mostram

- um descontentamento, por parte de Papa-capim, evidenciando uma ironia.
- imparcialidade por parte dos índios.
- crítica ao povo indígena por demorar a usufruir o que o progresso possibilita.
- surpresa por perceber o que passa a ser possível com o advento das máquinas e tristeza por enxergar que a tribo perdeu muito tempo para notar isso.

2. Analisando-se com atenção o último quadro, a palavra “progresso” significa:

- desenvolvimento.
- avanço.
- evolução.
- destruição.

3. As tirinhas de humor, as charges, os quadrinhos, muitas vezes, passam para o leitor importantes informações dos acontecimentos que estão a sua volta. Na tirinha de Mauricio de Sousa, notamos

- a problemática ecológica que se verifica no Brasil desde a chegada dos portugueses.
- uma comparação entre a língua nativa e a língua do colonizador das terras brasileiras.
- os erros gramaticais cometidos em nome do progresso.
- as invasões, por parte dos indígenas, às terras dos brancos, conhecidos por caraiabas.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

4. O Cerrado, que ocupa mais de 20% do território nacional, é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia. Representa um dos hotspots para a conservação da biodiversidade mundial e é considerado uma das mais importantes fronteiras agrícolas do planeta. Considerando a conservação da biodiversidade e a expansão da fronteira agrícola no Cerrado, avalie as afirmações a seguir.

- O Cerrado apresenta taxas mais baixas de desmatamento e percentuais mais altos de áreas protegidas que os demais biomas brasileiros.
- O uso do fogo é, ainda hoje, uma das práticas de conservação do solo recomendáveis para controle de pragas e estímulo à rebrota de capim em áreas de pastagens naturais ou artificiais do Cerrado.
- Exploração excessiva, redução progressiva do habitat e presença de espécies invasoras estão entre

os fatores que mais provocam o aumento da probabilidade de extinção das populações naturais do Cerrado.

IV. Elevação da renda, diversificação das economias e o conseqüente aumento da oferta de produtos agrícolas e da melhoria social das comunidades envolvidas estão entre os benefícios associados à expansão da agricultura no Cerrado.

É correto apenas o que se afirma em

- I.
- II.
- I e III.
- III e IV.

5. A floresta virgem é o produto de muitos milhões de anos que passaram desde a origem do nosso planeta. Se for abatida, pode crescer uma nova floresta, mas a continuidade é interrompida. A ruptura nos ciclos de vida natural de plantas e animais significa que a floresta nunca será aquilo que seria se as árvores não tivessem sido cortadas. A partir do momento em que a floresta é abatida ou inundada, a ligação com o passado perde-se para sempre. Trata-se de um custo que será suportado por todas as gerações que nos sucederem no planeta. É por isso que os ambientalistas têm razão quando se referem ao meio natural como um “legado mundial”. Mas, e as futuras gerações? Estarão elas preocupadas com essas questões amanhã? As crianças e os jovens, como indivíduos principais das futuras gerações, têm sido, cada vez mais, estimulados a apreciar ambientes fechados, onde podem relacionar-se com jogos de computadores, celulares e outros equipamentos interativos virtuais, desviando sua atenção de questões ambientais e do impacto disso em vidas no futuro, apesar dos esforços em contrário realizados por alguns setores. Observe-se que, se perguntarmos a uma criança ou a um jovem se eles desejam ficar dentro dos seus quartos, com computadores e jogos eletrônicos, ou passear em uma praça, não é improvável que escolham a primeira opção. Essas posições de jovens e crianças preocupam tanto quanto o descaso com o desmatamento de florestas hoje e seus efeitos amanhã. (SINGER, P. Ética Prática. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 292 (adaptado))

É um título adequado ao texto apresentado acima:

- Computador: o legado mundial para as gerações futuras.
- Uso de tecnologias pelos jovens: indiferença quanto à preservação das florestas.
- Preferências atuais de lazer de jovens e crianças: preocupação dos ambientalistas.
- Engajamento de crianças e jovens na preservação do legado natural: uma necessidade imediata

6. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas

para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Ética. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 (adaptado))

Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.

I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.

II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por definição, e não se conta com referenciais para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

7. A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria nos fins do século 19 e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira e cultural. A produção e a informação globalizadas permitem a emergência de lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais, que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica. (SANTOS, M. O país distorcido. São Paulo: Publifolha, 2002 (adaptado))

No estágio atual do processo de globalização, pautado na integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo. A crise recente, iniciada em 2008, é um dos exemplos mais significativos da conexão e interligação entre os países, suas economias, políticas e cidadãos.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. O processo de desregulação dos mercados financeiros norte-americano e europeu levou à formação de uma bolha de empréstimos especulativos e imobiliários, a qual, ao estourar em 2008, acarretou um efeito dominó de quebras nos mercados.

PORQUE

II. As políticas neoliberais marcam o enfraquecimento e a dissolução do poder dos Estados nacionais, bem como asseguram poder aos aglomerados financeiros que não atuam nos limites geográficos dos países de origem.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

8. O anúncio feito pelo Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear (CERN) de que havia encontrado sinais de uma partícula que pode ser o bóson de Higgs provocou furor no mundo científico. A busca pela partícula tem gerado descobertas importantes, mesmo antes da sua confirmação. Algumas tecnologias utilizadas na pesquisa poderão fazer parte de nosso cotidiano em pouco tempo, a exemplo dos cristais usados nos detectores do acelerador de partículas large hadron colider (LHC), que serão utilizados em materiais de diagnóstico médico ou adaptados para a terapia contra o câncer. “Há um círculo vicioso na ciência quando se faz pesquisa”, explicou o diretor do CERN. “Estamos em busca da ciência pura, sem saber a que servirá. Mas temos certeza de que tudo o que desenvolvemos para lidar com problemas inéditos será útil para algum setor.”

(CHADE, J. Pressão e disputa na busca do bóson. O Estado de S. Paulo, p. A22, 08/07/2012 (adaptado))

Considerando o caso relatado no texto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. É necessário que a sociedade incentive e financie estudos nas áreas de ciências básicas, mesmo que não haja perspectiva de aplicação imediata.

PORQUE

II. O desenvolvimento da ciência pura para a busca de soluções de seus próprios problemas pode gerar resultados de grande aplicabilidade em diversas áreas do conhecimento.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Direito Constitucional

9. Considerando os critérios de classificação das constituições quanto à sua origem, estabilidade e extensão, respectivamente, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

- A) Analítica, rígida e promulgada.
- B) Outorgada, super-rígida e analítica.
- C) Promulgada, rígida e analítica.
- D) Analítica, rígida, promulgada.

10. Assinale a alternativa que aponta regra não materialmente constitucional:

- A) As que organizam o Estado.
- B) As que se relacionam com o poder.
- C) As que dispõem sobre as hipóteses de inelegibilidades para os cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
- D) As que tratam da política de desenvolvimento urbano.

11. Assinale a alternativa INCORRETA

- A) Constituição rígida é aquela que para ser modificada necessita de um processo mais complexo do que o exigido para a mudança das leis ordinárias.
- B) A Constituição de 1937 foi apelidada de Constituição Cidadã.
- C) A Constituição de 1934 foi positivada por promulgação.
- D) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

12. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

13. Assinale a alternativa INCORRETA.

A) Regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o Estado.

B) Somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na Constituição.

C) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

D) O fato de uma regra estar na Constituição não significa que ela é hierarquicamente superior às demais normas jurídica do ordenamento.

14. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - As disposições constitucionais transitórias são normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada. Por serem hierarquicamente inferiores às normas inscritas no texto básico da CF, elas não são consideradas normas cogentes e não possuem eficácia imediata.

II - A jurisprudência do STF considera que o preâmbulo da CF não tem valor normativo. Desprovido de força cogente, ele não é considerado parâmetro para declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade normativa.

III - Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a legitimidade passiva restringe-se ao Poder Legislativo inadimplente, ao qual será estipulado prazo para adotar as providências cabíveis no sentido de suprir a omissão.

IV - A interpretação conforme a Constituição efetuada pelo STF em controle abstrato de constitucionalidade apresenta eficácia erga omnes e efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente II e III estão corretas.
- C) Somente II, III e IV estão corretas.
- D) Somente II e IV estão corretas.

15. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - Nos termos da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns.

II - Compete privativamente ao presidente da República declarar guerra em caso de agressão estrangeira e celebrar a paz, desde que, em ambos os casos, ocorra prévia autorização do Senado Federal.

III - O Congresso Nacional, mediante delegação, atribuiu ao Senado Federal a competência para suspender a execução do todo ou de parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

IV - De acordo com entendimento do STF, é inadmissível a edição de medida provisória pelo Poder Executivo federal que determine a abertura de crédito extraordinário em favor de órgãos componentes desse poder, caso não estejam configuradas situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente IV está correta.

- C) Somente III está errada.
- D) Somente II e IV estão corretas.

16. É de competência da União Federal:

I – legislar privativamente sobre direito penal e direito processual penal, podendo mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a estas matérias.

II – Cuidar, com exclusividade, da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

III – legislar concorrentemente com os Estados e o DF sobre procedimentos em matéria processual e custas dos serviços forenses.

IV – estabelecer normas gerais no âmbito da legislação concorrente que, se inexistentes, permitirão aos Estados exercer competência legislativa plena para atender as suas peculiaridades, e se supervenientes, suspenderão a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) estão corretas as de número I, III e IV.
- B) Todas estão corretas.
- C) Apenas as de números II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as de números I e II estão corretas.

17. O enquadramento constitucional das comissões parlamentares de inquérito não autoriza afirmar que:

A) Pode haver ampliação de investigações em razão do surgimento de fatos novos, desde que tenham relação com os que constituíam o objeto inicial da comissão.

B) As investigações podem incidir sobre fatos objeto de inquéritos policiais e processos judiciais em curso, se houver entre eles conexão.

C) As comissões parlamentares de inquérito estaduais não podem requisitar a quebra de sigilo de dados bancários.

D) Não caracteriza, em princípio, violação à imagem do indiciado em comissão parlamentar de inquérito, a transmissão e a gravação de sessão em que se lhe toma depoimento.

18. Assinale a opção correta:

A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

B) As medidas provisórias, com força de lei, adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, não convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, perderão a eficácia, mantida a validade dos atos praticados naquele período.

C) O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode ser

rejeitado pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

D) As comissões parlamentares de inquérito devem obter ordem judicial para obrigarem o comparecimento de cidadão.

Filosofia

19. De acordo com o estudado no início da disciplina, o ato de pensar está associado ao conhecimento, à realidade e à linguagem.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I – O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II – O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

III – A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

IV – A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

V – Uma vez alcançado o conhecimento, a realidade torna-se dispensável.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

- A) I e V.
- B) II e IV
- C) I e III
- D) III e IV

20. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I – O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

II – O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

III – O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

IV – O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

V – O filosofar é inato aos racionais, logo não admite regras metodológicas.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

- A) I e III
- B) III e V
- C) II e III
- D) II e IV

21. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação

racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

I – Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.

II – Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.

III – Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.

IV – Têm o comum empenho em entender o ser humano, sua mente e sua alma.

V – Investigam o princípio constitutivo de todas as coisas, indo do cosmos ao átomo.

São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:

- A) I e V
- B) III e V
- C) II e III
- D) II e IV

22. O grego Sócrates, século V a.C., é tido como uma referência impar no surgimento da filosofia, nos moldes que a conhecemos até hoje. Foi o grande inspirador de Platão que por sua vez foi o mestre de Aristóteles. Sócrates é facilmente identificável por sua temática, por seus métodos e algumas frases norteadoras.

Avalie as seguintes considerações:

I – Após conhecer a origem das coisas, preciso saber quem sou.

II – Identificar o mundo circundante é mais importante que o autoconhecimento.

III - Todo conhecimento é importante e com certeza posso saber mais que os outros.

IV – “Só sei que nada sei” e “conhece-te a ti mesmo”, são nortes de sua reflexão.

V- A ironia derruba convicções equivocadas, a maiêutica faz nascer a verdade interior.

Correspondem ao pensamento e a prática de Sócrates as afirmações:

- A) I e V
- B) III e V
- C) I e III
- D) IV e V

23. Karl Marx é um pensador já considerado contemporâneo, tido como profundo, polêmico e radical. No entanto alguns o tratam como uma espécie de profeta e messias dos novos tempos, combatendo um modelo de sociedade em função de uma sociedade mais justa. Outros o avaliam como uma espécie de demolidor, anarquista, odioso, inconsequente e passional, sem uma razão orientadora útil à sociedade.

Dentre os temas abordados por Marx e ideias por ele propostas estão:

I – A burguesia implantou o capitalismo e sofisticou a exploração do homem pelo homem.

II – O capitalismo necessita ser aperfeiçoado para ser preservado.

III – A sociedade de classes necessita construir uma convivência harmoniosa.

IV – A luta de classes, o combate à propriedade privada, o fim do Estado burguês.

V- A união entre as classes, o socialismo utópico e o governo dos pensadores.

São pertinentes a Karl Marx as afirmações:

- A) I e IV
- B) II e V
- C) III e IV
- D) I e V

Direito Civil

24. Mário Lima de Oliveira, de dezesseis anos de idade, foi examinado por médico psiquiatra e diagnosticado como esquizofrênico, enfermidade que lhe retira o necessário discernimento para o exercício pessoal dos atos da vida civil. Em razão disso, Mário é:

- a) relativamente incapaz pela idade, que prevalece em relação ao diagnóstico médico, a ser desconsiderado para efeitos jurídicos.
- b) relativamente incapaz, tanto pela idade como pela enfermidade diagnosticada.
- c) inteiramente capaz, bastando ser assistido por um Curador, em razão de sua idade e enfermidade, para certos atos da vida civil.
- d) absolutamente incapaz, irrelevante sua idade em face de sua enfermidade.

25. Sobre a classificação de um bem como público, é correto afirmar:

- a) torna-o inalienável, em todos os casos.
- b) se classificado como bem de uso comum do povo, é inalienável; se catalogado como bem de uso especial, alienável.
- c) quando pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são classificados, em regra, como bens de uso especial.
- d) não podem ser sujeitos a usucapião e, se classificados como dominicais, podem ser alienados, observadas as exigências da legislação vigente.

26. É correto afirmar que a doação feita a nascituro

- a) deve ser considerada nula tanto nos casos de natimorto como nos casos de nascimento com deficiência mental.
- b) deve ser considerada inexistente no caso de natimorto e nula nos casos de nascimento com vida, ainda que haja aceitação por seu representante legal.
- c) é nula de pleno direito, já que a personalidade civil começa apenas com o nascimento com vida, independentemente de aceitação por seu representante legal.
- d) desde que seja aceita por seu representante legal, é válida, ficando, porém, sujeita a condição, qual seja, o nascimento com vida.

27. Assinale a alternativa incorreta.

A) As dívidas decorrentes de prática de jogo não proibido não obrigam o pagamento.

B) Na obrigação de dar, se houver perda da coisa, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.

C) Na obrigação de dar, se houver deterioração da coisa, antes da entrega, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou, alternativamente, aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

D) Nas obrigações facultativas a perda ou deterioração do bem principal por culpa do devedor faz com que a obrigação recaia sobre o outro bem, além de incidir perdas e danos.

28. Quanto aos contratos, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha proposituras corretas:

I. A proposta obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

II. É obrigatória, se feita sem prazo a pessoa ausente e tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

III. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo não pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que apenas lhe diminuam o valor.

IV. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.

V. A evicção subsiste mesmo na aquisição que se tenha realizada em hasta pública.

Está correta a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) III e V.
- D) I e III

29. Em relação à posse e à propriedade, assinale a opção correta.

a) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

b) Por se tratar de bens distintos, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

c) Aquela que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

d) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, exceto se acidentais.

30. Acerca do Direito das Coisas, avalie as assertivas abaixo:

I - Os interditos possessórios previstos em nosso ordenamento são a Ação de Reintegração de Posse, a Ação de Manutenção de Posse, o Interdito Proibitório e a Ação Reivindicatória.

II - Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância, mas quando o detentor exerce poderes de

fato sobre a coisa é considerado possuidor para todos os fins.

III - É de boa-fé a posse quando o possuidor, embora não ignore os vícios ou obstáculos que impedem a aquisição da coisa, está comprometido em sanar o vício ou remover os obstáculos em um prazo determinado.

IV - O direito à indenização por benfeitorias necessárias é devido ao possuidor de má-fé.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as assertivas I e IV.
- b) Apenas as assertivas II e III.
- c) Apenas a assertiva I.
- d) Apenas a assertiva IV.

31. Em relação à posse, é correto afirmar:

a) duas ou mais pessoas podem, ao mesmo tempo, exercer poder físico de fato sobre a coisa, possuindo-a cada uma delas por inteiro;

b) o compossuidor pode usar dos interditos até mesmo contra o seu consorte;

c) o possuidor de má-fé responde pela deterioração da coisa, salvo se acidental;

d) o possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos, mas sem o correspondente valor das despesas de conservação da coisa.

32. Assinale a opção incorreta.

a) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

b) O possuidor turbado ou esbulhado na posse, não poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, mesmo que o faça logo, pois os atos de defesa ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

c) A posse do imóvel faz presumir, até prova em contrário, a das coisas móveis que nele estiverem.

d) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

33. Para o direito pátrio, a posse

a) confunde-se com a detenção, pois em ambas existe a apreensão física da coisa.

b) é o exercício, de fato, dos poderes constitutivos da propriedade, de modo pleno ou não.

c) só poderá gerar usucapião se não for viciada em sua origem.

d) não se transfere aos herdeiros, pois é direito personalíssimo.

Sociologia Geral e Jurídica

34. As relações de gênero assumem formas diferentes em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais e gerações. Não obstante, têm em comum a diferenciação entre homens e mulheres, apesar da imensa variabilidade social da natureza da diferença. Um aspecto muito comum é que a diferença de gêneros se associa à desigualdade de

gênero, com homens exercendo poder sobre as mulheres — alguns afirmam que universalmente, outros que quase universalmente. (Sylvia Walby. Gênero. In: William Outhwaite e Tom Bottomore (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Trad. Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 332.)

O termo sociológico utilizado para conceituar a desigualdade estrutural de gênero em nossa sociedade é:

- A) feminismo.
- B) homofobia.
- C) patriarcado.
- D) paternalismo

35. Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os por meio da educação. Assim, também o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; o sistema de sinais de que me sirvo para exprimir pensamentos; o sistema de moedas que emprego para pagar dívidas; os instrumentos de crédito que utilizo nas relações comerciais; as práticas seguidas na profissão etc., etc., funcionam independentemente do uso que delas faço. Tais afirmações podem ser estendidas a cada um dos membros de que é composta uma sociedade, tomados uns após outros. Estamos, pois, diante de maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, são também dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não. (Émile Durkheim. As regras do método sociológico. José Albertino Rodrigues (Org.). Trad. Laura Natal Rodrigues. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 1-2 (com adaptações))

No segmento de texto acima, Durkheim trata, sobretudo,

- A) da anomia social.
- B) da solidariedade social.
- C) da consciência coletiva.
- D) do fato social.

Direito Penal

36. Assinale a alternativa CORRETA - A missão do Direito Penal está relacionada aos fatores abaixo relacionados, exceto:

- a) Princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos.
- b) Princípio da insignificância do valor do bem.
- c) Princípio da intervenção mínima.

d) Necessidade e Suficiência da pena.

37. Assinale a alternativa CORRETA - A aplicação do perdão judicial está sujeita à complementação:

- a) Apenas normativa.
- b) Apenas valorativa.
- c) Normativa e Valorativa.
- d) Homovitelina e Heterovitelina.

38. Assinale a alternativa INCORRETA. A expressão: "A lei penal incriminadora alcançará fatos praticados antes de sua entrada em vigor, inclusive aqueles decididos por sentença transitada em julgado", nos revela:

- a) Princípio da retroatividade.
- b) Princípio da ultratividade.
- c) A previsão legal do art. 2o do Código Penal.
- d) Extratividade da lei penal incriminadora.

39. Um sujeito é condenado por crime contra a Administração Pública à pena de nove anos de reclusão, em regime fechado. Depois de cumprir três anos da pena, ele requer progressão de regime de cumprimento. Como deve agir o Magistrado diante de tal pleito?

- A) Indeferir o pedido, pois houve apenas o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, o que não autoriza a progressão.
- B) Verificar, primeiramente, se o réu condenado reparou o dano que causou ou devolveu o produto do crime, com os acréscimos legais, e condicionar tal circunstância a possibilidade de progressão.
- C) Indeferir a pretensão, porque os crimes contra a Administração Pública exigem o cumprimento integral da pena no regime fechado.
- D) Indeferir o pedido, porque os crimes contra a Administração Pública são considerados hediondos e fazem parte do rol dos delitos que tipificam a lavagem de dinheiro, cuja pena deve ser cumprida inteiramente no regime fechado, inviabilizando a progressão.

40. Assinale a alternativa correta, no que se refere ao procedimento de aplicação de pena:

- A) os motivos determinantes do crime, como circunstancia judicial, preponderam sobre as causas de aumento ou diminuição de pena.
- B) As causas de aumento de pena incidem em fase posterior à consideração das regras agravantes e atenuantes.
- C) Segundo entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade das circunstancias atenuantes pode fazer a pena-base recuar para aquém do mínimo legal.
- D) A menoridade relativa constitui causa obrigatória de diminuição de pena, a incidir na terceira etapa da aplicação da pena.

41. No que se refere ao PERDÃO JUDICIAL é INCORRETO afirmar:

- a) o juiz poderá deixar de aplicar a pena.

- b) é aplicado depois de uma sentença penal condenatória.
- c) as consequências da infração devem atingir o próprio agente de forma reconhecidamente grave.
- d) aplica-se ao crime de homicídio culposo, previsto no "caput" do art. 121 do Código Penal.

42. Quanto ao elemento normativo do crime previsto no artigo 122 do Código Penal, podemos afirmar:

- a) é normativo, pois as condutas são: induzir ou instigar.
- b) a tentativa de suicídio é punível se não há a morte.
- c) é crime formal, de resultado unissubsistente.
- d) pode ocorrer com a lesão corporal de natureza grave.

43. O crime de mão própria é aquele que:

- a) não admite a co-autoria.
- b) não admite a pluralidade de sujeitos ativos.
- c) não admite a tentativa.
- d) sempre será formal.

44. Quanto ao crime de aborto, podemos afirmar:

- a) Quando previsto no art. 124 ou no art. 126 são crimes próprios.
- b) Somente é punível a título de dolo direto, não estando prevista a forma culposa.
- c) O delito ocorre apenas quando há a morte do feto.
- d) Quando previsto no art. 124 ou no art. 126 é imprescindível a anuência da gestante.

45. Quanto ao crime de lesão corporal grave, doutrinariamente considerada, não podemos afirmar:

- a) Poderá ocorrer de forma dolosa ou culposa, uma vez que há previsão legal.
- b) No que se refere ao membro, sentido ou função, sempre haverá a debilidade e não a perda.
- c) Sempre será crime comum, tanto no que se refere ao sujeito ativo quanto ao sujeito passivo.
- d) Pode haver dolo na conduta antecedente e culpa no resultado consequente.

Processo Civil

46. Maria, servidora pública federal, mãe de 2 filhos, ingressa com Ação Ordinária na Justiça Federal, para declaração de inexigibilidade do imposto de renda sobre os valores recebidos pela autora a título de auxílio pré-escola, abstenção da retenção do imposto de renda sobre os mesmos valores e consequente restituição dos valores já descontados e retidos em seus vencimentos. A autora requer, ainda, antecipação de tutela, para evitar as retenções enquanto aguarda a decisão da lide. Utiliza, como fundamento para seu pedido, decisão do STJ que traz a seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458, II E 535, I E II DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUXÍLIO-CRECHE. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA 310/STJ. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. (...) 3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que o auxílio-creche funciona como indenização, não integrando, portanto, o salário de contribuição para a Previdência. Inteligência da Súmula 310/STJ. Precedentes: EREsp 394.530/PR, Rel.Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ 28/10/2003; MS 6.523/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJ 22/10/2009; AgRg no REsp 1.079.212/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 13/05/2009; REsp 439.133/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 22/09/2008; REsp 816.829/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 19/11/2007.BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp n.º 1.111.175/SP, DJe de 01/07/2009.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. O pedido de antecipação de tutela é cabível, visto que se demonstra, inequivocamente, a verossimilhança das alegações, apontando, inclusive, sua concordância com a decisão dos tribunais, conforme requisito exigido pelo Código de Processo Civil.

PORQUE

II. Nos termos previstos pela legislação vigente, em especial pelo Código de Processo Civil, deve a parte requerente demonstrar, para a obtenção da tutela antecipada, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

47. A parte que, no curso do processo comum ordinário, suscitar questão prejudicial e requerer ao juiz não apenas o exame, mas o julgamento dessa questão, que passará a integrar o dispositivo da sentença, deverá requerer

- A) sua declaração incidental por ação, mas mesmo assim, quanto a essa questão prejudicial, se formará apenas coisa julgada formal.
- B) sua declaração incidental por ação, para que se forme, quanto a essa questão prejudicial, a coisa julgada material.
- C) o julgamento dessa questão ao Tribunal, após a sentença do juiz que examinar a questão principal.
- D) o julgamento antecipado dessa questão, por meio de decisão interlocutória, no momento do despacho saneador.

48. O procedimento sumário deve ser adotado em causas cujo valor não supere sessenta salários mínimos ou em situações, qualquer que seja o valor da causa, em que se debata um dos assuntos previstos na lei.

Indique, dentre as alternativas abaixo, a que contém espécie de resposta que não pode ser apresentada pelo réu no rito comum sumário.

- A) Reconvenção.
- B) Exceção.
- C) Contestação.
- D) Impugnação ao valor da causa.

49. Vinícius foi demandado em uma ação de cobrança por ter sido fiador de sua sogra, Francisca. Assinale a alternativa que indica a medida a ser adotada por Vinícius para trazer Francisca para o pólo passivo desse processo.

- A) Reconvenção.
- B) Denúnciação à lide.
- C) Chamamento ao processo.
- D) Nomeação à autoria.

50. O sistema processual pátrio estabelece duas espécies de incompetência: a incompetência absoluta e a incompetência relativa. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- A) Os critérios absolutos de fixação de competência são previstos em lei com a finalidade de promover a proteção, precipuamente, de interesses privados.
- B) Em litígios que envolvam nunciação de obra nova, é defeso ao autor optar por fazer o ajuizamento da ação no foro de domicílio do réu ou no foro de eleição.
- C) Em demanda proposta perante juízo absolutamente incompetente, pode haver prorrogação da competência do juízo, caso deixe o réu de apresentar, no momento processual oportuno, a exceção de incompetência.
- D) A incompetência relativa ocorre, por exemplo, quando o critério de fixação de competência em razão do valor da causa é desrespeitado, hipótese em que tanto as partes quanto o magistrado, de ofício, poderão suscitar a incompetência do juízo.

51. Em matéria de prova, assinale a alternativa correta:

- A) O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida autoriza, por si só, a inversão do ônus de seu pagamento, que será realizado pelo Estado.
- B) O princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz, positivado no art. 131 do Código de Processo Civil, possibilita ao magistrado apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos, sem necessidade de fundamentar a dispensa de perícia.
- C) Não configura cerceamento de defesa a decisão que, a um só tempo, deixa de reconhecer alegação

por falta de prova, por entender o juiz que não era caso de dilação probatória, e julga antecipadamente a lide.

D) Por não se enquadrar nas hipóteses de proteção constitucional do sigilo das comunicações, tampouco estar disciplinada no campo infraconstitucional, a gravação unilateral feita por um dos interlocutores com o desconhecimento do outro deve ser admitida.

52. Com relação ao início da contagem do prazo para apresentação de resposta, em ação ajuizada pelo rito comum ordinário, em face de apenas um réu, assinale a afirmativa correta.

- A) Em se tratando de citação postal, começa a correr o prazo a partir da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.
- B) Em se tratando de citação por oficial de justiça, começa a correr o prazo no dia seguinte ao do cumprimento da diligência.
- C) Em se tratando de citação por carta precatória, começa a correr o prazo no dia em que a carta é devolvida ao juízo de origem.
- D) Em se tratando de citação por edital, começa a correr o prazo no dia seguinte ao da publicação do referido edital.

53. Considerando a assistência e as demais formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) É admissível o chamamento ao processo daquele que detiver a coisa em nome alheio.
- B) A oposição consiste na intervenção daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar o prejuízo do réu da demanda.
- C) O terceiro deve demonstrar que possui interesse jurídico que a sentença seja favorável a uma das partes, para ser admitido como assistente.
- D) Feita a denúnciação da lide, se o denunciante aceitar, ele será assistente simples do denunciado.

54. O Ministério Público ajuizou ação rescisória a fim de desconstituir sentença transitada em julgado, ao argumento de que teria havido colusão entre ambas as partes do processo originário no intuito de fraudar a lei. Diante disso, requereu o Ministério Público, na petição inicial da ação rescisória, a citação tanto da parte autora quanto da parte ré do processo originário. Assinale a modalidade de litisconsórcio verificada na hipótese acima.

- A) Litisconsórcio ativo necessário e unitário.
- B) Litisconsórcio passivo necessário e simples.
- C) Litisconsórcio ativo facultativo e simples.
- D) Litisconsórcio passivo necessário e unitário.

55. Quando duas ou mais demandas individuais possuem o mesmo pedido e/ou a mesma causa de pedir, diz-se que são conexas. Nessa situação, se estiverem tramitando em juízos diversos, poderão ser reunidas para julgamento conjunto pelo juízo prevento. Caso esses juízos tenham competência

territorial diversa, é correto afirmar que será considerado preventivo aquele

- A) em que se proferiu o primeiro despacho liminar positivo.
- B) para o qual primeiro foi distribuída a petição inicial.
- C) que tiver, ao tempo da arguição da conexão, praticado o maior número de atos processuais.
- D) em que se realizou a primeira citação válida

Meios Alternativos de Resolução de Conflitos

56. A mediação é um meio alternativo de resolução de conflitos que pode ser classificada como:

- a) Compositivo e judicial, afinal o Magistrado ao mediar irá compor da melhor forma a solução do conflito;
- b) Compositivo e adversarial, tendo em vista que, muito embora as partes pretendem compor, são adversários em potencial;
- c) Hetercompositivo e extrajudicial, afinal o mediador facilitará o diálogo ao impor uma decisão para o conflito;
- d) Compositivo e extrajudicial, pois o mediador atuará fora do ambiente judicial, auxiliando, pelo diálogo, as partes a chegarem em um acordo satisfatório.

57. Com base na Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que instituiu a arbitragem no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão do árbitro ou dos árbitros será expressa em documento escrito;
- b) a parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, poderá fazê-lo a qualquer tempo, desde que após a instituição da arbitragem;
- c) a sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário, porém, mesmo sendo condenatória, não constitui título executivo;
- d) o lugar em que será proferida a sentença arbitral não constará, obrigatoriamente, no compromisso arbitral.

Processo Penal

58. Na cidade “A”, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do parquet, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita. Nessa situação, o Promotor deverá:

- A) arquivar os autos.
- B) oferecer denúncia.
- C) determinar a baixa dos autos.

D) requerer o arquivamento.

59. Um professor na aula de Processo Penal esclarece a um aluno que o Ministério Público, após ingressar com a ação penal, não poderá desistir dela, conforme expressa previsão do Art. 42 do CPP. O professor estava explicando ao aluno o princípio da:

- A) indivisibilidade.
- B) obrigatoriedade.
- C) indisponibilidade.
- D) intranscendência.

60. Tendo como base o instituto da ação penal, assinale a afirmativa correta.

- A) Na ação penal privada vigora o princípio da oportunidade ou conveniência.
- B) A ação penal privada subsidiária da pública fere dispositivo constitucional que atribui ao Ministério Público o direito exclusivo de iniciar a ação pública.
- C) Como o Código Penal é silente no tocante à natureza da ação penal no crime de lesão corporal culposa, verifica-se que a referida infração será de ação penal pública incondicionada.
- D) A legitimidade para ajuizamento da queixa-crime na ação penal exclusivamente privada (ou propriamente dita) é unicamente do ofendido.

61. Paulo reside na cidade “Y” e lá resolveu falsificar seu passaporte. Após a falsificação, pegou sua moto e viajou até a cidade “Z” com o intuito de chegar ao Paraguai. Passou pela cidade “W” e pela cidade “K”, onde foi parado pela Polícia Militar. Paulo se identificou ao policial usando o documento falsificado e este, percebendo a fraude, encaminhou Paulo à delegacia. O Parquet denunciou Paulo pela prática do crime de uso de documento falso.

Assinale a afirmativa que indica o órgão competente para julgamento.

- A) Justiça Estadual da cidade “Y”.
- B) Justiça Federal da cidade “K”.
- C) Justiça Federal da cidade “Y”.
- D) Justiça Estadual da cidade “K”.

62. A Constituição do Estado “X” estabeleceu foro por prerrogativa de função aos Vereadores de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os Vereadores serão julgados pelo Tribunal de Justiça”. José, Vereador do Município “Y”, pertencente ao Estado “X”, mata João, amante de sua esposa. Pergunta-se, qual o órgão competente para o julgamento de José?

- A) Justiça Estadual de 1ª Instância;
- B) Tribunal de Justiça;
- C) Tribunal Regional Federal;
- D) Justiça Federal de 1ª Instância.

63. Tício está sendo investigado pela prática do delito de roubo simples, tipificado no artigo 157, caput, do Código Penal. Concluída a investigação, o Delegado Titular da 41ª Delegacia Policial envia

os autos ao Ministério Público, a fim de que este tome as providências que entender cabíveis. O Parquet, após a análise dos autos, decide pelo arquivamento do feito, por faltas de provas de autoria. A vítima ingressou em juízo com uma ação penal privada subsidiária da pública, que foi rejeitada pelo juiz da causa, que, no caso acima, agiu:

- A) erroneamente, tendo em vista a Lei Processual admite a ação privada nos crimes de ação pública quando esta não for intentada.
- B) corretamente, pois a vítima não tem legitimidade para ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- C) corretamente, já que a Lei Processual não admite a ação penal privada subsidiária da pública nos casos em que o Ministério Público não se mantém inerte.
- D) erroneamente, já que a Lei Processual admite, implicitamente, a ação penal privada subsidiária da pública.

64. A Constituição do Estado X estabeleceu foro por prerrogativa de função aos prefeitos de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça”. José, Prefeito do Município Y, pertencente ao Estado X, está sendo acusado da prática de corrupção ativa em face de um policial rodoviário federal. Com base na situação acima, o órgão competente para o julgamento de José é:

- A) a Justiça Estadual de 1ª Instância.
- B) o Tribunal de Justiça.
- C) o Tribunal Regional Federal.
- D) a Justiça Federal de 1ª Instância

65. Acerca das disposições contidas na Lei Processual sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- A) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito a requerimento de qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal.
- B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o tribunal competente.
- C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.

66. Tendo como referência a competência *ratione personae*, assinale a alternativa correta.

- A) Caio, vereador de um determinado município, pratica um crime comum previsto na parte especial do Código Penal. Será, pois, julgado no Tribunal de Justiça do Estado onde exerce suas funções, uma vez que goza do foro por prerrogativa de função.
- (B) Tício, juiz estadual, pratica um crime eleitoral. Por ter foro por prerrogativa de função, será julgado no

Tribunal de Justiça do Estado onde exerce suas atividades.

C) Mévio é governador do Distrito Federal e pratica um crime comum. Por uma questão de competência originária decorrente da prerrogativa de função, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

D) Terêncio é prefeito e pratica um crime comum, devendo ser julgado pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado. Segundo entendimento do STF, a situação não se alteraria se o crime praticado por Terêncio fosse um crime eleitoral.

67. Em determinada ação penal privada, na qual se apura a prática dos delitos de calúnia e difamação, a parte não apresenta, em alegações finais, pedido de condenação em relação ao delito de calúnia, fazendo-o tão somente em relação ao delito de difamação.

Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) Ocorreu a perempção em relação ao delito de calúnia.
- B) Não ocorreu perempção em relação a nenhum delito.
- C) Ocorreu o perdão tácito em relação ao delito de calúnia.
- D) Não ocorreu perempção, mas, sim, renúncia em relação ao delito de calúnia.

Direito do Trabalho

68.



A respeito das diárias, assinale a alternativa incorreta:

- A) A ajuda de custo tem natureza jurídica indenizatória, porque se destina a indenizar despesas de viagem.
- B) Se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- C) Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.
- D) Ainda que as diárias ultrapassem os 50% do salário do empregado, elas perderão a natureza salarial se o empregador exigir a prestação de contas. Isso porque a parcela passará a assumir a feição indenizatória, já

que o empregado terá de restituir as parcelas pagas a maior.

69. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

A) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

B) É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inofensivo à negociação coletiva.

C) Ultrapassada habitualmente a jornada de 6 horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e §4º da CLT.

D) O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento retira o direito à hora noturna reduzida, pois existe incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.

70. A respeito das horas in itinere, e considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a assertiva incorreta:

A) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

B) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas in itinere.

C) A mera insuficiência de transporte público é suficiente para ensejar o pagamento de horas in itinere.

D) Considerando que as horas in itinere são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

71. O inciso XV do art. 7º da CF/88 garante aos trabalhadores direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. Considerando as normas aplicáveis ao Direito do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

A) Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro.

B) O descanso semanal remunerado tem natureza jurídica de suspensão do contrato de trabalho.

C) O direito alcança os trabalhadores urbanos, rurais e avulsos, bem como os empregados domésticos.

D) Ainda que o trabalho aos domingos seja autorizado nas atividades do comércio em geral, observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva.

72. Calçados Mundial S.A. contratou duas empresas distintas para a prestação de serviços de limpeza e conservação nas suas instalações. Maria é empregada de uma das terceirizadas, exerce a função de auxiliar de limpeza e ganha salário de R\$ 1.150,00. Celso é empregado de outra terceirizada, exerce a mesma função que Maria, trabalha no mesmo local, e ganha R\$ 1.020,00 mensais.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Celso poderá requerer o mesmo salário que Maria, pois na hipótese pode-se falar em empregador único.

B) Impossível a equiparação salarial, mas se outro direito for violado, a empresa tomadora dos serviços terá responsabilidade solidária.

C) Viável a equiparação desde que Maria e Celso trabalhem no mínimo dois anos nas instalações do tomador dos serviços.

D) Não será possível a equiparação salarial entre Maria e Celso porque os respectivos empregadores são diferentes.

73. Tendo-se recusado a cumprir ordem lícita de serviço, um empregado foi advertido, por escrito, por seu gerente. Ao receber a advertência escrita, recusou-se a assinar cópia do documento do empregador, sob alegação de não concordar com seu conteúdo. Foi, então, despedido por justa causa, sob a imputação de ato de indisciplina. Nessa situação, infere-se que:

A) o empregado agiu de forma ilegítima ao se recusar a assinar a advertência do gerente.

B) a imputação de indisciplina ao empregado que se recusou a assinar a advertência foi medida tomada corretamente pela empresa.

C) a recusa do empregado em assinar a advertência constitui caso de insubordinação, sendo possível a terminação fundada nesse motivo.

D) a empresa errou ao demitir por justa causa o empregado que se recusou a cumprir ordem lícita de serviço, pois o gerente já o havia advertido.

74.

**“Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade**

**Não sinto o meu valor
Não tenho identidade.”
RUSSO, Renato.**

**“Quem deu a ti, carrasco, esse poder sobre mim?”
GOETHE.**

A proteção contra a despedida arbitrária no direito brasileiro é constitucionalmente assegurada. Entretanto, não são poucos os casos apreciados pelos tribunais em que se discute a validade de dispensas de empregados portadores do vírus HIV. A respeito do tema, é CORRETO afirmar que

A) o empregado despedido por esse motivo não poderá ajuizar reclamação trabalhista com pedido de antecipação de tutela para obter sua reintegração ao emprego, tendo em vista ser incabível no direito processual do trabalho tal modalidade de provimento jurisdicional.

B) o empregado despedido por ser portador do vírus HIV e que demonstre ter sido dispensado arbitrariamente por esse motivo, ao ingressar com sua reclamação trabalhista, poderá ser reintegrado por ordem judicial.

C) o empregado despedido por ser portador do vírus HIV e que recebeu a indenização de 40% dos depósitos de sua conta vinculada de FGTS não pode rediscutir judicialmente a sua despedida, em face do ato jurídico perfeito da rescisão contratual válida.

D) a confederação sindical poderá ajuizar reclamação trabalhista com pedido de antecipação de tutela jurisdicional, com vistas a obter a reintegração do empregado despedido, cumulando o pedido com o de condenação da empresa em danos morais.

75. Godofredo ajuizou reclamação trabalhista, dizendo-se vítima de discriminação, já que a empresa para a qual trabalhava o dispensou no mês em que ele completou 60 anos de idade, o que acontecia rigorosamente com todos os empregados que alcançavam esta idade. Alega que essa é uma odiosa e inconstitucional política não escrita da empresa.

Caso comprovada a alegação de Godofredo sobre a dispensa discriminatória e à luz da Lei n. 9.029/95, é correto afirmar que

A) como portador de garantia no emprego, Godofredo deve requerer sua reintegração, único direito que lhe é assegurado.

B) o empregado pode optar entre o retorno e a percepção em dobro do período de afastamento.

C) uma vez que Godofredo não tem estabilidade, somente poderá pleitear indenização.

D) a dispensa em razão da idade não pode ser considerada discriminatória nem ilegal, já que é uma circunstância que atinge a todos.

76. Para que a garantia no emprego em razão da candidatura do empregado a dirigente sindical se consolide, a CLT dispõe no Art. 543, § 5º que: “Para os fins deste artigo, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da

candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este comprovante no mesmo sentido”.

Gislene registrou sua candidatura a dirigente sindical, na condição de Vice-presidente na chapa, mas o sindicato não comunicou tal fato ao seu empregador que, ignorando a situação, concedeu aviso prévio à empregada 10 dias depois. Nessa hipótese, de acordo com o entendimento do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O empregador, a seu critério, aceitará ou não a justificativa tardia da empregada que se candidatou a dirigente sindical e mantém seu contrato de trabalho.

B) O empregador fica obrigado a respeitar a garantia no emprego, mesmo que seja informado deste fato após a ruptura da interlocução social, devendo readmiti-la.

C) O empregador tem de respeitar a garantia, ainda que seja comunicado posteriormente da candidatura da empregada, desde que isso ocorra enquanto o pacto laboral estiver em vigor.

D) A empresa não precisa respeitar a garantia no emprego porque o prazo legal não foi observado, de modo que isso não a vincula. Ademais, ignorando a garantia da empregada, a empresa não teria agido de má-fé.

77. Em razão de forte enchente que trouxe sérios prejuízos à localidade, houve o encerramento das atividades da empresa Boa Vida Ltda., que teve seu estabelecimento totalmente destruído pela força das águas. Diante dessa situação hipotética, com relação aos contratos de trabalho de seus empregados, assinale a alternativa correta.

A) O encerramento da atividade empresarial implicará a rescisão unilateral por vontade do empregador dos contratos de trabalho de seus empregados.

B) Os empregados têm direito à indenização compensatória de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS.

C) Os empregados não podem movimentar a conta vinculada do FGTS.

D) O empregado detentor de estabilidade provisória por ter sido eleito representante dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA tem direito ao pagamento dos salários do período compreendido entre a data da ruptura do contrato de trabalho e o final do período da garantia de emprego.

Direito Ambiental

78. Acerca da repartição de competências em matéria ambiental, assinale a opção correta:

A) Se o Município cuja principal atividade econômica seja a pesca estabelecer, mediante lei, regras sobre a captura e o transporte do pescado em sua área, tais normas não serão válidas, uma vez que o dispositivo constitucional não prevê para os Municípios competência para tal. Nesse caso, devem ser aplicados apenas os textos federais e estaduais que disciplinam a matéria.

B) Tendo sido o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, criado por decreto federal (Decreto-lei

1.035/39), não pode a prefeitura do Município de localização desse parque estabelecer medidas de preservação ambiental na área do parque, atribuição inserida na competência material exclusiva da União.

C) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de energia hidráulica constituem atividades da esfera de competência da União. Assim, uma vez que os recursos minerais pertencem a esse ente federativo, e não ao proprietário do solo, cabe à Administração federal autorizar sua exploração.

D) É competência privativa da União a proteção, por meio do IPHAN, dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos.

79. Técnicos do IBAMA, autarquia federal, verificaram que determinada unidade industrial, licenciado pelo Estado no qual está localizada, está causando degradação ambiental significativa, vindo a lavrar auto de infração pelos danos cometidos. Com base nas normas da Lei Complementar 140/2011, assinale a alternativa correta:

A) Há irregularidade no licenciamento ambiental, uma vez que em se tratando de atividade que cause degradação ambiental significativa, o mesmo deveria ser realizado pela União.

B) É ilegal a fiscalização realizada pelo IBAMA que só pode exercer poder de polícia de atividades licenciadas pela União.

C) É possível a fiscalização do IBAMA que pode inclusive lavrar auto de infração, que, porém, não prevalecerá caso o órgão estadual de fiscalização também lavre auto de infração.

D) Cabe somente à União, no exercício da competência de fiscalização, adotar medidas para evitar danos ambientais iminentes.

80. Relativamente aos princípios gerais do direito ambiental e a suas formas de materialização, assinale a opção correta.

A) Em decorrência do princípio da prevenção, o empreendedor deve apresentar ao poder público estudo prévio de impacto ambiental referente a qualquer atividade que implique a utilização ou transformação de recursos naturais.

B) O princípio da função socioambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.

C) De acordo com o princípio da precaução, diante de ameaças de danos sérios e irreversíveis, a falta de certeza científica não pode ser invocada como motivo para se adiarem medidas destinadas a prevenir a degradação ambiental, podendo a administração pública, com base no poder de polícia, embargar obras ou atividades.

D) Consoante o princípio do poluidor-pagador, a definição dos custos de produção de determinada empresa poluidora não pode levar em consideração os custos sociais externos decorrentes de sua

atividade poluente, sob pena de cometimento de infração administrativa ambiental.